

Para Governo, SUS revolucionará saúde

BRASÍLIA — O Consultor jurídico do Ministério da Saúde, Edelberto Silva, disse ontem que o Sistema Único de Saúde (SUS), vai revolucionar a assistência médica oficial, fortalecendo os Municípios e garantindo atendimento de boa qualidade a toda a população brasileira. Pelo projeto de lei enviado pelo Presidente Sarney ao Congresso, o Inamps será extinto e a política de saúde será estabelecida pelo Ministério da Saúde, cabendo a Estados e Municípios sua execução.

Edelberto Silva afirmou que o SUS corrige todos os erros detectados no Sistema Unificado e Descentralizado de Saúde (Suds), até então responsá-

vel pelo atendimento à saúde através de convênios entre o Governo federal e os Municípios.

Em nível federal, a gestão financeira do SUS será feita através do Fundo Nacional de Saúde. Segundo Silva, as despesas das áreas integrantes da seguridade social serão definidas no orçamento que será elaborado anualmente.

O projeto de lei determina o repasse regular ao FNS do percentual relativo ao orçamento da seguridade social arrecadado atualmente pela Previdência Social dos trabalhadores e dos empregadores, e o percentual sobre a receita de concursos de prognósticos. Constituem ainda fonte de custeio do SUS 50 por cento dos valores obtidos com o confisco de bens utilizados no tráfico de drogas, alienações patrimoniais de bens repassados à saúde e rendimentos de capital (no que for arrecadado para seguridade social).

Edelberto Silva informou que ainda não há definição sobre a extinção da administração central do Inamps. A tendência é mantê-lo como departamento do Ministério da Saúde, para que possa continuar administrando os hospitais de referência, responsáveis pelo desenvolvimento de tecnologia no setor de saúde.

O Consultor Jurídico do Ministério da Saúde informou que 50 por cento dos recursos repassados ao Ministério pelo orçamento da seguridade social serão distribuídos de acordo com o quociente de sua divisão pelo número de habitantes. Isto, segundo Edelberto Silva, evitará ingerência política no processo de divisão das verbas destinadas à saúde.

SAÚDE: AS PRINCIPAIS MUDANÇAS

1 Consórcio — Será estimulada a constituição de consórcios entre Municípios para desenvolvimento de ações e serviços de saúde, como a construção de hospitais.

2 Seguro — Os hospitais públicos cobrarão das empresas de seguro-saúde pelo atendimento a seu segurado.

3 Fiscalização — Serão criados conselhos municipais para acompanhamento e fiscalização das metas de saúde fixadas pelo Governo municipal.

4 Recursos — A definição sobre o montante dos recursos federais a ser repassado a cada Município levará em conta o perfil epidemiológico da população a ser coberta, o demográfico e as características da rede de saúde na área.

5 Conselho — O Conselho Nacional de Saúde será ampliado com a participação da comunidade e exercerá a função normatizadora do funcionamento do SUS.

6 Contas — Não haverá prestação de contas ao Ministério da Saúde como condicionante para liberação de novas parcelas orçamentárias. Estas prestações serão feitas aos Tribunais de Contas municipal, estadual e da União.

Telefoto de Bete Munhoz



Silva explica como será o SUS